

**ASSEMBLEIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CLARA / CASTELO VIEGAS**

**ATA**

Aos vinte e dois dias do mês de Abril do ano de dois mil e catorze, pelas 21 horas, reuniu na Sede da União de Freguesias a Assembleia da União de Freguesias, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**Ponto 1** - Discussão e aprovação da ata da sessão 30/12/2013.

**Ponto 2** - Discussão e aprovação do regimento da união de freguesias de Santa Clara e Castelo de Viegas.

**Ponto 3** - Discussão e aprovação do relatório de actividades e conta de gerência de Outubro a Dezembro de 2013.

**Ponto 4** - Discussão e aprovação da minuta de acordo de execução de delegação de competências entre município de Coimbra e a união de freguesias de Santa Clara e Castelo de Viegas.

**Ponto 5** - Discussão e aprovação do protocolo de competências - Obras.

**Ponto 6** - Brasão da União de freguesias de Santa Clara e Castelo de Viegas.

**Ponto 7** - Outros assuntos de interesse para a união de freguesias.

Estiveram presentes os seguintes elementos

**Partido Socialista:**

José Carlos Clemente

José Filipe Vicente Graça

Gustavo André Gonçalves Rocha

Maria Alice da Silva Viseu

José Manuel Mateus Pereira

**Coligação "Por Coimbra":**

Sandra Luisa dos Santos Marques

Miguel Ângelo Vieira de Melo Pinto Lopes

João Cerqueira Cardoso

Ana Catarina de Oliveira Ferreira

João Carlos Dinis Matos Abreu

**Coligação Democrática Unitária (CDU):**

António Filipe Carvalho Domingues

Maria Isabel Fernandes

**Cidadãos Por Coimbra:**

Sílvia Maria Dias Ferreira

O Presidente da Assembleia propõe alteração da Ordem de Trabalhos passando o ponto 7 para ponto 2 da mesma Ordem de Trabalhos.

Proposta aprovada por unanimidade.

**Ponto 1:**

Outros assuntos de interesse para a União de Freguesias Sta. Clara e Castelo Viegas. O Presidente da Assembleia solicitou ao Presidente do Executivo que fosse pensada uma hipótese de colocar um colaborador a estar presente nas Assembleias para proceder á elaboração das atas. Referiu também que o gravador existente é de má qualidade e que dificulta imenso a transcrição das intervenções.

Sobre estas questões o elemento João Carlos Dinis Abreu(Coligação Por Coimbra) referiu que a proposta do Presidente será uma questão de bom senso.

Miguel Lopes (Coligação Por Coimbra) diz que compete aos secretários da mesa a elaboração das atas e por isso não compreende a necessidade de um colaborador.

José Filipe (Partido Socialista), disse que a intervenção dos oradores anteriores, têm algum sentido se de facto estas Assembleias fossem de uma só Freguesia e não de uma União de Freguesias que aumenta de forma significativa as intervenções e a necessidade de as atas descreverem o sentido das questões levantadas e as informações que decorrem das mesmas.

Concorda com a aquisição de um gravador dando assim melhor qualidade na elaboração das atas. Entende não verificar algum inconveniente que um colaborador estivesse presente nas Assembleias.

Maria Isabel Fernandes (CDU) pergunta qual q razão para o Presidente da Mesa solicitar o apoio de um colaborador (funcionário). No seu entender não verifica qualquer interesse .

O Presidente da Junta informa que a Junta não tem recursos para colocar um funcionário a elaborar as atas.

Depois de alguns esclarecimentos por parte do Presidente da Assembleia aos restantes membros da Assembleia, foi solicitado ao Presidente da Junta da União de Freguesias a aquisição de um gravador de melhor qualidade o qual de imediato aceitou a pretensão.

José Filipe (PS) - Solicitou ao Presidente da União de Freguesias que informasse esta Assembleia do modo como decorreu a negociação para aluguer das instalações do Recordatório Rainha Santa, assim como o funcionamento do bar aí existente. Diz ter conhecimento da existência de três propostas. Quais os seus valores e critérios de adjudicação?. Mais genericamente, pede esclarecimento sobre os espaços disponíveis para aluguer e o processo e regras de adjudicação.

Outra questão prende-se com o telhado do Clube do Bordalo, assim como a limpeza do espaço junto ao Centro de Saúde de Sta. Clara.

Referiu ainda a questão da obra junto á Fonte de Castelo Viegas. Sobre esta obra disse que o muro se encontra um pouco alto o que poderá levar acontecer outra situação desagradável como a ocorrida relativamente ao escoamento das águas. Apresentou fotocópias dessa obra.

Suscitou esclarecimento sobre a questão da divisão do tempo inteiro do Presidente da União de Freguesias Sta. Clara/ Castelo Viegas, pretendendo saber como gere essa divisão.

Disse ainda não terem recebido os montantes previstos na lei no que diz respeito às senhas de presença nas Assembleias.

Às questões suscitadas respondeu o Presidente da União de Freguesias que a proposta que ganhou a adjudicação do Recordatório foi a mais alta no que se refere ao valor da renda oferecido pelo proponente, mais um donativo em prol da Junta, no valor de 8.400 euros.

Disse ainda que no espaço do mercado das Almas quem mais der pelas lojas é a quem a Junta entrega, sendo raro haver mais do que uma pessoa interessada. Informou existir uma dívida do Consulado da Guiné de rendas por pagar de mais de 1 ano. Disse ainda ser sua preocupação não existir repetição de lojas. Mantém os contratos deixados do passado, os quais foram elaborados enquanto vitalícios mediante o pagamento de 400 euros.

Sobre o telhado do Clube do Bordalo, o Presidente da Junta informou ter falado com o Presidente da Coletividade e com o próprio senhorio. Disse ainda esta obra não se encontrar no Plano de Atividades para o exercício de 2014. Contudo solicitou orçamentos. Referiu a reparação do telhado do Recordatório. Disse ainda estar a pagar despesas deixadas pela Junta de Freguesia de Castelo Viegas, nomeadamente um site na Internet.

Quanto à questão do Forum, disse ser uma questão complicada dado não ser uma estrada municipal, mas sim pertencente à Urbanização do Planalto de Santa Clara. Contudo vai efetuando algumas reparações, embora que seja uma via estruturante e que foi pedido a reparação dos passeios.

Quanto à questão do muro junto à fonte em Castelo Viegas, disse que apenas se reconstruiu o que estava partido, mas que se poderá melhorar. O Sr. José Filipe enunciou uma proposta de melhoria que passa por alargar o tubo instalado.

Quanto ao meio tempo, refere que só compete ao Presidente essa decisão, sendo uma questão de interesse pessoal e assinala que acaba por trabalhar a tempo inteiro apesar de receber apenas meio tempo.

Usou da palavra o Presidente da Assembleia, perguntando ao Sr. Presidente do Executivo quem pagava a água e a luz do Recordatório.

A esta questão o Presidente do executivo respondeu dizendo que era a União de Freguesias.

Disse ainda que esta decisão se devia ao facto de se viabilizar que o Recordatório esteja aberto ao público já que a Junta não tem capacidade de colocar lá uma pessoa. Refere que o bar já foi à falência 2 vezes, e que o acordo com o bar é de que estes mantenham a galeria e o posto de turismo, atendendo os turistas. O Presidente da Assembleia disse mesmo se este procedimento da Junta de assumir a luz e água seria legal, não por causa do Recordatório mas porque durante a noite funciona um bar que inclusive até em determinados dias possui música ao vivo.

Maria Isabel Fernandes (CDU) referiu a situação já levantada na anterior Assembleia no que diz respeito às inundações que ocorrem no Bordalo a precisar de obras há mais de 13 anos. Não vê que

estejam contempladas. Acresce que os terrenos privados não são limpos, pelo que a Junta devia intervir para chamar os senhorios à responsabilidade.

Sobre esta questão o Presidente do executivo disse que são terrenos privados e por isso cria dificuldade na resolução pois a Lei só permite intervir quando as casas estão em perigo como, por exemplo, em situação de perigo de incêndio.

Refere ainda que a Junta já fez várias obras no Bordalo como alcatroar a R. da Capela e a R. Fundação, arranjou a pedra rolada, colocou suporte nos contentores e a reconstrução da Igreja.

O problema com as inundações é que as casas estão feitas na linha de água, o que é responsabilidade do licenciamento. A Junta deu tijolos e cimento para as pessoas arranjarem os muros mas não intervém diretamente em propriedade privada. Por outro lado, a Hidráulica responsabiliza os proprietários pela limpeza das linhas de água.

Silvia Ferreira (CPC) solicita informação sobre a situação social da União de Freguesias, nomeadamente no que diz respeito ao trabalho a ser efetuado pela Comissão Social de Freguesia, conforme informação da última assembleia. Questiona se já existe levantamento e como está a funcionar a Comissão Social de Freguesias.

Pergunta em que estado se encontra a situação do "CAVALO AZUL" obra social importante e cuja situação coloca em risco o acesso aos apoios para a construção do equipamento. Qual o empenho do Executivo e do próprio Presidente para a resolução deste problema.

Sobre as questões o Presidente do Executivo disse que a Comissão Social de Freguesia, têm sido a própria Junta. A Comissão Social até hoje não trouxe nada. Refere que no passado a CSF não fazia nada, limitando-se a ler as atas das reuniões anteriores. Refere ainda que a Junta está disposta a ajudar as pessoas que a CSF propõe.

Em relação ao Cavalo Azul, solicitou ao Presidente da Assembleia que prestasse alguma informação, dado estar acompanhar esta situação mais de perto.

O Presidente da Assembleia prestou algumas informações, referindo que a Câmara está a procurar resolver o assunto, estando em estudo no Departamento de Obras uma solução que viabilize a obra mas seja menos onerosa.

José Filipe (PS) disse que em Castelo Viegas a Comissão Social de Freguesia funciona, embora o anterior Presidente da Junta não tenha colaborado. Resolve-se o problema na retaguarda porque as pessoas participam. Disse que no executivo da União de Freguesias existe um vogal que conhece bem a realidade.

**Entrou-se no ponto 2 da Ordem de Trabalhos**

Depois de lida a ata da Assembleia anterior e efetuada as retificações devidas, foi colocada a votação, tendo sido aprovada por maioria, com abstenção de dois membros da "Coligação Por Coimbra" ( Sandra Luisa Marques e João Carlos Matos Abreu)

### **Entrou-se no ponto 3 da Ordem de Trabalhos**

Foi analisado o Regimento da União de Freguesias, elaborado por uma comissão saída dos membros desta Assembleia.

Miguel Ângelo (Coligação Por Coimbra), disse que fazia parte da Comissão e que não teve qualquer intervenção por questões laborais. Disse que o documento na generalidade parece-lhe bem elaborado e bem articulado. Referiu o artº12 nº2 alinea K, artº 12 nº8 alinea E e nº 34 nº2 - obstáculo de natureza legal. As alterações de redação foram acolhidas pela Assembleia..

Foi devidamente esclarecido pelos elementos que elaboraram o documento.

O Presidente da Assembleia agradeceu o contributo de todos e entende que existe um Regimento capaz para a União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas.

Colocado á votação foi aprovado por Unanimidade.

### **Entrou-se no ponto 4 da Ordem de Trabalhos**

José Filipe (PS) usou da palavra dizendo que no documento inicial absteve-se. Questionou o Presidente do executivo com algumas dúvidas, nomeadamente a venda de bens que o preocupa. No que diz respeito a pagamentos referiu alguns pontos nomeadamente senhas de presença, despesas de representação, deslocações e estadias, mão de obra alheia e outros.

Usou da palavra o Presidente do executivo o qual disse não aceitar que duvide dos documentos apresentados e que a Assembleia está para fiscalizar e não para auditar, e que iria proceder ao esclarecimento das dúvidas suscitadas. José Filipe (PS) refere que não se trata de uma auditoria mas apenas esclarecimentos.

Solicitou ao Tesoureiro que fosse esclarecendo as dúvidas suscitadas o que foi efetuado, referindo que se limitou a juntar os dois orçamentos de Santa clara e Castelo Viegas. Explica algumas rúbricas: a compensação de encargos diz respeito à secretária e tesoureiro da Junta, as despesas de representação são conformes à lei, as despesas de deslocação prendem-se com deslocações à ANAFRE.

Sandra Marques (Coligação Por Coimbra), informou que as contas em Castelo Viegas são exatamente iguais ao que era praticado. Disse que o membro José Filipe (PS) levantou algumas questões fazendo passar a ideia de que algo não está bem elaborado.

João Carlos Matos Abreu (Coligação Por Coimbra) disse que ao ler o relatório também teve alguma dificuldade. Referiu que este executivo está de parabéns pela forma como apresenta o relatório, sendo que se podia ter refugiado em rubricas generalistas mas em vez disso as especificou, o que mostra honestidade.

Existiu prudência na elaboração do documento e daí a existência de um superavit. Beneficia também da prudência do executivo anterior que, por acaso, é liderado pela mesma pessoa. A Junta prova que tem um património fantástico, mostra a proatividade do executivo, a dinâmica imprimida à freguesia e a integração entre as duas freguesias..

As verbas da Câmara foram mais baixas.

Silvia Ferreira (CPC) Reconhece mérito na elaboração do Relatório mas também existe legitimidade para questionar e suscitar os esclarecimentos das rubricas. Refere lamentar que a excecionalidade do ano não permita ter uma visão do Relatório de Atividades do ano, mas apenas dos 3 meses. Sublinha ainda que sem colocar em causa o mérito do detalhe das contas o relatório é difícil de ler para quem não tenha conhecimentos de contabilidade o que, numa perspetiva de transparência pública, não devia acontecer.

Referiu ainda que não é possível perceber qual a estratégia da Junta relativamente às atribuições da Junta e suas relações com as Instituições e apoio a atividades ou organizações que respondam a necessidades e aspirações locais identificadas. Pediu esclarecimentos sobre o subsidio atribuído às Instituições não locais, como seja o caso da Paramédicos de Catástrofe Internacional, apoio à secção de pesca da AAC ou ao Clube do Mar.

Esclareceu as questões apresentadas o Presidente do Executivo, referindo que a Junta patrocina atividades de todas as coletividades locais, explicando relativamente aos casos indicados que serviram a comunidade local.

O Tesoureiro referiu estar a Assembleia na presença de documentos sintéticos e analíticos.

O Presidente da Assembleia usou da palavra pedindo esclarecimentos sobre alguns pontos constantes no Relatório, nomeadamente os adereços funerários.

O Tesoureiro prestou os esclarecimentos às questões suscitadas

Colocado o Relatório de Atividades e Conta de gerência de Outubro a Dezembro de 2013, foi o mesmo aprovado por maioria, com os votos a favor da "Coligação Por Coimbra" Coligação Democrática Unitária (CDU) e a abstenção do Partido Socialista e Cidadãos Por Coimbra.

#### **Entrou-se no ponto 5 da Ordem de Trabalhos**

O Presidente do Executivo explicou o documento aos membros da Assembleia.

Quanto a aprovação da minuta do Acordo de Execução enviado pela C.M.C. o mesmo foi aprovado por unanimidade.

#### **Entrou-se no ponto 6 da Ordem de Trabalhos**

Silvia Ferreira (CPC) pede esclarecimentos relativamente aos dois documentos apresentados, a minuta de acordo de execução e o protocolo de delegação de competências, apontando as discrepâncias nos montantes. Questiona que este protocolo mantém as competências anteriores ou se existe um aumento das competências, tendo em conta a nova Lei. Pergunta porque é que a minuta de acordo de execução é assinada para o quadriénio quando a delegação de competências é anual.

Questiona ainda o Presidente da Junta como se verificaram as transferências da Câmara municipal para a Junta no âmbito deste protocolo, e em particular se todos os montantes do ano anterior foram transferidos pois segundo os meios de comunicação existem problemas nestas transferências.

Usou da palavra o Presidente do Executivo o qual explicou o modo como foi elaborado o Protocolo de Competências para as obras a efetuar no exercício de 2014. Referiu que os montantes anteriores do ano anterior foram todos transferidos para a Junta de Santa Clara e Castelo Viegas. Refere ainda que se mantêm as mesmas competências.

O Presidente da Assembleia explica alguns dos casos de outras Juntas.

Relativamente à delegação de competências, o Presidente da Junta remete os esclarecimentos para o Presidente da Assembleia, na medida em que este esteve envolvido no processo na Câmara.

O Presidente da Assembleia, por estar envolvido na elaboração destes protocolos ao nível municipal explica o que a nova lei implica. Refere que de acordo com a nova lei as juntas de freguesias teriam de gerir todos os parques e mercados, o que não querem. Assim, num Anexo A, tem de constar o levantamento de todos os espaços verdes e zonas de intervenção das freguesias, bem como os respetivos custos por m<sup>2</sup> e custos de consumíveis, para que estas sejam delegadas no município. Trata-se de um trabalho enorme que está agora a ser desenvolvido pelos departamentos da Câmara. Todas as ruas têm de ser identificadas e quantificadas para que as Juntas se pronunciem sobre o que querem gerir.



AF

É por isso que o documento proposto tem de ser aprovado antes de o anexo A ser finalizado pois é um processo moroso.

Depois das explicações prestadas, foi colocado o documento .votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

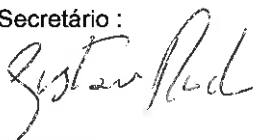
Quanto ao ponto 6 da Ordem de Trabalhos o Presidente da Assembleia dado ser um documento para conhecimento, propôs dado o adiantado da hora que o mesmo constasse na ordem de trabalhos para a próxima Assembleia.

Aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, a Assembleia foi encerrada pelas zero horas e quarenta minutos do dia 23 de Abril de 2014.

O Presidente da Assembleia da União de Freguesias Santa Clara/Castelo Viegas :

1º Secretário :



2º Secretário :

